

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

O TEXTO COMO DOCUMENTO SOCIAL E HISTÓRICO: POR UMA ANÁLISE FILOLÓGICA

Rosa Borges dos Santos (UNEB e UFBA)
denise@provider.com.br

AS PRIMEIRAS PALAVRAS

A Filologia, através de sua principal atividade, a reconstituição de textos, tem buscado, na relação com outros campos do saber, evidenciar uma cultura que se revela por meio da materialidade dos textos que recupera. O resgate dos textos teatrais produzidos no período da ditadura militar na Bahia oferece aos interessados, de modo geral, certo conhecimento de nossa história, ao tempo em que se desenvolve uma reflexão sobre o teatro e a literatura dramática.

[...] A filologia é, portanto, expressão essencial do conhecer, pois só filologicamente, isto é, sobre os textos, na plenitude de seu significado sensível e representativo, se conhece um autor, um discurso ou um conceito. (Righi, 1967 *apud* Araújo, 1986, p. 195).

A edição requer segurança quanto à fidedignidade ao texto, obtida apenas através do exercício rigoroso do filólogo, que consiste em fixar, reconstruir, criticar, entre outras atividades, os textos transmitidos. Ademais, suas atividades não se encerram nos limites da prática editorial, mas, ao contrário, avançam na direção dos estudos de caráter interpretativo.

O trabalho realizado pelo Grupo de edição e estudo de textos da UNEB, no Projeto **Edição e estudo de textos teatrais produzidos na Bahia no período da ditadura**, sob minha coordenação, busca editar e estudar textos teatrais censurados. Tomamos, então, para tecer nossas considerações, o texto dramático como documento social, testemunho da história, para, nele, lermos as marcas de um período de repressão durante a ditadura militar, e, assim, reconstruir aspectos daquela sociedade, traduzidos pela análise filológica.

O TEXTO COMO DOCUMENTO SOCIAL E HISTÓRICO

Partindo-se da premissa de que o texto é uma construção social, um produto e, ao mesmo tempo, produtor de cultura, observa-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

mos como o sujeito-escriptor, inserido em certo contexto sócio-histórico, por meio de suas escolhas, das metáforas que emprega, da atribuição de sentidos, determina o seu lugar no processo de escritura, ao tempo em que faz de seus textos um documento social na medida em que os assuntos tratados e a forma de conduzi-los remetem para sinais definidores de uma dada sociedade. Chartier (2007, p. 12-13) diz que

[...] As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas, como o quer o 'novo historicismo'. Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre obra e suas inscrições.

É importante buscar analisar a obra, identificando a maneira pela qual ela é construída em cada momento histórico, ou seja, “nas e pelas próprias obras” (Chartier, 2007, p. 16).

Propomos, desse modo, tomar os textos teatrais censurados como instrumentos para desvendar a cultura da época, os fatos históricos, recuperados através da metáfora construída e de tantos outros recursos, para trazer à leitura, não a memória daquilo que viveram as pessoas daquela época, daquele período de repressão vivido pela sociedade brasileira, e, especificamente, baiana, no período da ditadura militar, mas o contexto sócio-histórico, reconstituído por meio da linguagem.

Assim, tudo aquilo que está fixado no documento escrito deve falar por si e dar os subsídios para sua interpretação. É nesse sentido que o filólogo atua, além de salvaguardar nosso patrimônio escrito, artístico e cultural, propõe novos sentidos para os documentos que guarda.

O texto teatral

Para desenvolvermos nossa reflexão, no âmbito deste trabalho, é preciso definir o texto teatral. Trata-se de uma produção coletiva, que se recria através da oralidade a cada *performance*, e que expressa comumente os fatos históricos, entre outros, que identificam uma determinada sociedade representada por vários sujeitos.

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

[...] Assim, com efeito, uma leitura minuciosa de um texto literário [...] localizará gradativamente o texto no seu tempo como parte de toda uma rede de relações, cujos contornos e influência desempenham um papel formador no texto. [...] o ato de ler é assim o ato de primeiro colocar-se na posição do autor, para quem escrever é uma série de decisões e escolhas expressas em palavras. (Said, 2007, p. 85)

Tomando-se as palavras de Chartier (2002, p. 10-11):

[...] É nesse sentido que se podem entender as obras como produções coletivas e como resultado de “negociações” com o mundo social. Estas “negociações” não são somente a apropriação de linguagens, de práticas ou de rituais. Elas remetem, em primeiro lugar, as transações, sempre instáveis e renovadas, entre a obra e a pluralidade de seus estados.

Este trabalho que a Filologia textual exerce na recuperação do texto remete-nos para a consciência de que este texto tem valor documental e/ou testemunhal, conduzindo-nos, então, para uma análise nova e diversa em termos de interpretação do teor dos mesmos, a partir de seus componentes. Logo, toda obra pode e deve ser lida como o testemunho de uma sociedade, de uma época, de fatos particulares de nossa história, entre outros aspectos.

O texto teatral, aqui tomado como testemunho/documento (prova), monumento (memória), é o testemunho, materializado em determinado suporte, de uma produção cultural e literária de uma dada sociedade, época e lugar. Enquanto documento, é a prova de que temos dos fatos que marcaram dada sociedade, por exemplo, e, enquanto monumento, transmite a outros a memória.

Uma das formas de preservar a memória e, conseqüentemente, a história (social, política, cultural, literária), é através da ação de editar. Os estudos desenvolvidos sob a rubrica da Memória atualizam o passado, procurando reconstituir os fragmentos de nossas experiências para constituir um todo representativo de uma época.

Assim, editar o texto seria apenas o ponto de partida para outros estudos que seriam desenvolvidos no exercício da relação da Filologia com outras disciplinas científicas, como a Linguística, a Literatura, a História Cultural, e tantas sejam as relações necessárias à discussão do objeto TEXTO.

A ANÁLISE FILOLÓGICA

Digamos, então, que a Filologia do século XXI, mesmo em um contexto de especialização de vários outros campos do saber que se ocupam de atividades outrora tidas como filológicas, é atual e coerente com a forma de pensar e construir saber na contemporaneidade, por meio de leituras que possibilitam, através do aspecto multifacetado e fragmentado do objeto de estudo, conjugar vários campos do conhecimento. Desse modo, defendemos o regresso à filologia, e um lugar próprio para ela, pois

Uma verdadeira leitura filológica é ativa; implica acreditar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que posamos ter diante de nós. Nessa visão da linguagem, as palavras não são marcadores significantes passivos que representam despreziosamente uma realidade mais elevada, mas antes uma parte formativa integrante da própria realidade. (Said, 2007, p. 82-83).

Ainda, segundo Said (2007, p. 101),

[...] É especialmente apropriado que o humanista contemporâneo cultive essa percepção de mundos múltiplos e tradições complexas que interagem umas com as outras [...]. A tarefa do humanista não é apenas ocupar uma posição ou um lugar, nem simplesmente pertencer a algum local, mas antes estar ao mesmo tempo por dentro e por fora das ideias e valores circulantes que estão em debate na nossa sociedade, na sociedade de alguma outra pessoa ou na sociedade do outro.

É, portanto, fazendo essa leitura filológica, que propomos, tomando-se os textos teatrais produzidos e/ou encenados na Bahia no período da ditadura militar e que revelam aspectos culturais da Bahia, sobretudo na década de setenta (1970), aclarar em que termos se definem essa análise filológica que busca conciliar campos teóricos distintos, como a Filologia Textual com a Análise de Discurso, de linha francesa, com foco para o interdiscurso e a memória, com a Lexicologia, estudando o vocabulário, com a História Cultural, explorando a memória, analisando-se os fatos linguísticos encontrados nas obras selecionadas, bem como a caracterização do contexto sócio-histórico.

Os referidos textos encontram-se em Acervos do Espaço Xisto Bahia, da Escola de Teatro da UFBA e do Teatro Vila Velha. Estes acervos guardam testemunhos de grande importância que permitem vislumbrar o cenário das produções artísticas baiana, e que tra-

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

zem informações sobre a sociedade de uma época, sua diversidade, seus conflitos, seu comportamento. Alguns dos trabalhos desenvolvidos ilustram bem o que dissemos acima.

Isabela Santos Almeida (2007) apresentou, ao Curso de Letras da UNEB, o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “*Em tempo*” no palco, de Chico Ribeiro Neto: edição e estudo do vocabulário político-social. Nele, buscou, a partir do texto editado, conforme aporte teórico-metodológico da Filologia Textual, resgatar o texto do autor mutilado pelos cortes da censura, para assim, estudar, no terreno da Lexicologia, o vocabulário de cunho político-social censurado durante o regime militar vigente no período de 1964-1985.

O vocabulário político-social censurado no texto “*Em tempo*” *No palco* refere-se ao veto à circulação de certos sentidos, sobretudo aqueles que faziam denúncia à conjuntura política e que eram considerados subversivos pela censura militar. Tomemos, como exemplo, uma passagem da referida peça:

[...] Quando se põe um falso lá dentro, quando se tira os melhores cientistas, as melhores cabeças do país, e eles são postos pra fora e se põe falsos professores, é claro que a Universidade toda fica deformada. Essa deformação de uma Universidade sem liberdade, proibida de lutar pelo país, de discutir sua própria sociedade, oprimida. Esta Universidade está deformada e a crise não é de crescimento, é crise de liberdade.¹² (f. 20, 1.9-18).

O excerto remete à ação ostensiva do governo militar no que tange à ocupação das Universidades, aborda sobre a invasão à Universidade de Brasília, na qual **professores** foram humilhados, exonerados, exilados, desapareceram ou foram sumariamente substituídos por **falsos professores**, a maioria destes sem competência para aquela função.

O trabalho de Isabela Almeida procurou mostrar, no texto e nos cortes resultantes da ação da censura nos textos, como aquela sociedade se caracterizava do ponto de vista político e social, por meio da seleção das lexias que davam a ler a ditadura através da materialidade do texto e dos discursos que ali se produziram.

¹² Este fragmento do texto da peça foi todo cortado pelo censor.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No campo estrito da Filologia Textual, menciona-se o trabalho de edição dos textos *A Chegada de Lampião no Inferno*; *Antônio, meu Santo*; *Felismina Engole-Brasa* e *Quem Não Morre Num Vê Deus*, todos adaptados da literatura de cordel, de autoria de João Augusto Azevedo, para os quais foram preparadas edições, interpretativa e crítica, respectivamente, por Ludmila Antunes de Jesus (2008), na Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, intitulada *A Dramaturgia de João Augusto: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura* militar, defendida em fevereiro de 2008. Neste trabalho, buscou-se, nas observações sobre João Augusto e sua produção, explorar um pouco do contexto sócio-histórico no qual os textos editados se inscrevem.

Do trabalho realizado, o que se pode observar é que João Augusto Azevedo Filho utiliza de um recurso bastante importante como forma de resistência na luta contra a ditadura, a literatura popular, o cordel. Por meio das encenações de seus textos, o dramaturgo disseminava, em seu teatro popular, conteúdos ideológicos, sociológicos, aproximando o povo do teatro e fazendo-lhe refletir acerca de questões que envolviam a sociedade brasileira naquele período de repressão.

Eduardo Silva Dantas de Matos (2008) apresentou, ao Curso de Letras da UNEB, o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *A Moral como Discurso Censório: uma análise da ação da censura no texto teatral À Flor da Pele*. Conciliam-se, neste estudo, lugares teóricos distintos, a Filologia e a Análise de Discurso, de linha francesa, para examinar a ação da censura na produção encenada na Bahia, levando-se em conta a manifestação do censor através dos cortes por ele realizados, ao defender as concepções ideológicas do regime militar, em favor da moral e dos bons costumes.

O veto, de cunho moral, caracteriza-se pela condenação de assuntos relativos à bigamia, ao adultério, ao incesto, à sexualidade, à nudez, às palavras de baixo calão, etc., e assim revela a sociedade baiana daquele período. Tomemos para ilustrar o que dissemos um fragmento do texto teatral, de Consuelo de Castro, *À Flor da Pele*:

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

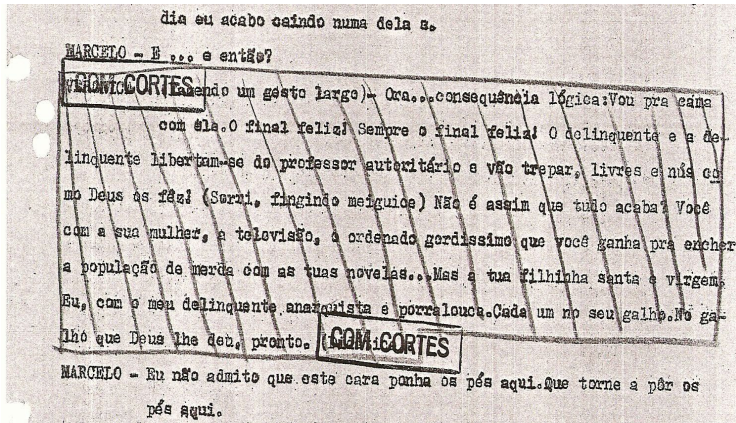


Figura 01:

Excerto de *À Flor da pele* (f. 13), texto de Consuelo de Castro

Iza Dantas da Silva (2008), na monografia *A Epopeia de um Povo ou As Aventuras do Criolo Doido: edição e caracterização do contexto sócio-histórico*, apresentada Curso de Letras da UNEB, como Trabalho de Conclusão de Curso, buscou, resgatar e estudar a memória da ditadura, por meio do texto dramático *A Epopeia de um Povo ou As Aventuras do Criolo Doido*, do grupo teatral “Nós vai de jegue” e de Bráulio Tavares, na perspectiva da Filologia Textual, propondo a edição interpretativa, e da História Cultural, analisando a representação da ditadura, a partir dos aspectos sócio-históricos selecionados, a saber: o engajamento político social dos estudantes; a Igreja Católica e sua atuação e o autoritarismo político e seus efeitos na sociedade. Aborda, portanto, sobre literatura, história e memória.

Selecionamos alguns trechos para ilustrar esse estudo da representação da ditadura no texto teatral em questão. Fazendo-se alusão aos estudantes como desordeiros, mostra-se a posição do governo na voz dos políticos:

Pequeno grupo de políticos discute sobre os estudantes.

POLÍTICO I – Ah, esses moleques me pagam.

POLÍTICO II – Eles verão o que os aguarda.

POLÍTICO III – Bando de anarquistas, só querem bagunçar, esses vadios. (f. 3, l. 6-9).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Quanto à Igreja Católica, vê-se nitidamente configurar seu apoio ao regime militar, uma vez que possui papel decisivo na constituição do governo e na preservação censura. Vejamos:

PADRE – A Igreja sempre se manteve neutra nas questões governamentais restringindo-se à administração das ordens do clero. Mas entendam, se fizermos um acordo, minhas verbas diminuirão, o que trará uma série de problemas para a paróquia. Ficarei sem poder comprar batinas novas, vinhos, óstias (sic) e outras necessidades. O dinheiro de nossas campanhas irá para o bolso dos homens de olhos azuis. Por isso eu acho, (sic) o senhor tesoureiro sensato. (f. 8, l. 22-29).

PADRE – Ah, ia me esquecendo. Em nome do clero quero pedir à Vossa Excelência a permissão para aumentar a taxa estipulada para o bônus de fim de ano pois terei maiores despesas na paróquia. (f. 9, l. 29-31)

Em se tratando da maneira como o regime opressor atuava na sociedade, calando a voz dos cidadãos brasileiros, reprimindo-os, não permitindo a sua liberdade de expressão, etc., destacamos uma passagem do texto que deixa clara a questão do autoritarismo político e seus efeitos na sociedade. Observemos:

ATOR II – Não me acusam, insultam, não me combatem, caluniam, não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. [...] (f. 3, l. 19-25).

ATOR V – (Entrando aos gritos no buteco) Diabo de tanto macaco na rua. Ninguém pode andar direito, que eles vem pedindo documento como se todo mundo fosse bagunceiro. Tropa de filho da puta. [...] (f. 19, l. 23-25).

Podemos, então, ler, nesses trabalhos, marcas distintas do que representou a ditadura militar na Bahia através dos textos teatrais editados, considerando-se, sobretudo, que tais textos, aqui recuperados pela prática filológica, são testemunhos/documentos de caráter artístico e cultural da sociedade que os produziu.

Essa representação da ditadura militar evidencia-se pelas escolhas que o sujeito-escritor realiza na tessitura do texto, e que apontam para a sua forma de ver, entender e analisar o mundo à sua volta, o sistema político vigente, como também através das marcas que o censor empreende no texto e que demonstram a ideologia da censura. Realizar esta leitura, a partir de uma análise filológica, é permitir atualizar aspectos culturais da sociedade baiana e brasileira durante o

TEXTOS: PRODUÇÃO E EDIÇÃO

regime militar, bem como caracterizar o contexto sócio-histórico representado nos textos.

AS PALAVRAS FINAIS

Com este trabalho, pretendemos mostrar que a Filologia exerce sua prática, avançando para além de sua atividade editorial, possibilitando, por meio da análise filológica, pelo viés da interpretação, firmar relações com outros campos teóricos, como expusemos acima. Um estudo que leva em conta o teor testemunhal de uma obra deve conduzir a uma nova interpretação de seus componentes, pois “toda obra de arte, em suma, pode e deve ser lida como um testemunho da barbárie”. (Seligmann-Silva, 2003, p. 12).

Tomar o texto, objeto da filologia, como documento social e histórico, é analisá-lo como ‘prova’, aquilo que é mostrado, fixado materialmente e disposto de maneira que se possa utilizar para fins de estudo. A Filologia, além de resgatar o texto como fonte segura para compreensão da sociedade que o produziu, da ideologia que o motivou e do contexto em que se inscreve, assume outra atividade, a da interpretação, ocupando-se do texto em sua materialidade, em seu processo de transmissão e circulação, avivando a memória através das leituras resultantes das análises desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabela Santos. *"Em tempo" no palco, de Chico Ribeiro Neto: edição e estudo do vocabulário político-social*. 2007. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. Prefácio de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1986.

CHARTIER, Roger. *Do palco a página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CHARTIER, Roger. *Inscriver e apagar: cultura escrita e literatura* (séculos XI- XVIII). Tradução: Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.

JESUS, Ludmila Antunes de. *A Dramaturgia de João Augusto: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura militar*. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MATOS, Eduardo Silva Dantas de. *A Memória como discurso censório: uma análise da ação da censura no texto teatral À Flor da Pele*. 2008. 39 f. + Anexos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.

SILVA, Iza Dantas da. *A Epopeia de um povo ou As Aventuras do Criolo Doido: edição e caracterização do contexto sócio-histórico*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.